

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 800 exemplares

Nº 961

Servidores reinvindicam mais empenho pela aprovação do PCS

Para dar continuidade à mobilização pelo PCS, representantes do Sintrajud e da Fenajufe reuniram-se nesta quinta-feira, dia 22, com o presidente do STF, ministro Cezar Peluso. Na reunião, o diretor do Sintrajud e da Fenajufe Antonio Melquiades, o Melqui, expôs ao ministro a preocupação com a demora na tramitação do PL 6613/09 (PCS) e a necessidade de um acordo entre o Judiciário e Executivo para a aprovação do mesmo. O PLP 549/09 (congelamento de salário) também foi colocado como uma das principais preocupações dos servidores.

O ministro ouviu os argumentos e disse que, apesar de ser a primeira vez - enquanto presidente do STF - que estava recebendo os servidores, estava empenhado pela aprovação do PL 6613. De acordo com Melqui, o ministro disse que tem conhecimento da defasagem salarial da categoria e da alta rotatividade do Judiciário e, por isso, defende a aprovação do projeto. Peluso, entretanto, descartou uma nova reunião com o presidente Lula, conforme solicitado pelos servidores.

Os servidores destacaram ainda que a catego-

ria criticou a postura do presidente Lula de jogar para o próximo presidente a decisão sobre o PL 6613, sob o argumento de que está em fim de governo. Foi lembrado ao ministro que em 2000 e em 2006, os então presidentes do STF Nelson Jobim e Ellen Gracie conseguiram negociar com os governos que estavam em final de gestão e isso contribuiu muito para a aprovação dos PCS 2 e 3.

Para o ministro, os servidores estão "muito ansiosos" e o PL está tramitando dentro do combinado. Segundo ele, deve ser fechado um acordo para depois das eleições e não há motivos para não acreditar no governo. Disse que esse projeto é do Judiciário e consta na previsão orçamentária que foi enviada na última terça-feira para a Secretaria de Orçamento Federal.

Os servidores também questionaram o ministro sobre o PL 319, que altera dispositivo no PCS 3, como a inclusão de AQ para os técnicos. O ministro disse que no momento iria se preocupar com as "coisas grandes", como o PCS, mas que o ponto pode ser incluído na previsão orçamentária.

Assembléia Geral TERÇA, 27
às 13 horas, no TRT

Saúde não é prioridade no TRT12

Ninguém precisa dizer que a ginástica laboral é fundamental na prevenção de doenças do trabalho. Depois de meses sem dispor da mesma, os servidores do TRT voltaram a fazer ginástica laboral, mas aos pedaços. Esta atividade, de prestação continuada, é realizada através de contrato anual com empresa especializada. Portanto, ao assiná-lo pela primeira vez, já se sabe exatamente a data do término. Mesmo com toda esta antecedência, o TRT não foi capaz de providenciar a nova licitação antes do fim da prestação dos serviços, levando os servidores a ficarem alguns meses sem a ginástica, com prejuízos diários para a saúde. E não é a primeira vez que isto acontece. Telefone, gasolina, internet também são de prestação continuada e nunca ficamos sem eles. Mas, é claro, eles são mais importantes para as metas do que a saúde dos servidores.

RECURSOS HUMANOS ESQUECEU O "HUMANOS"

A ginástica laboral não foi restabelecida para pelo menos 22 Varas do Trabalho no Estado. O Serviço de Assistência aos Servidores do TRT, responsável pelas políticas de saúde, vinculado à Secretaria de Recursos Humanos, elaborou estudo e verificou que nestas unidades menos de 30% dos servidores estavam praticando a ginástica laboral. A pesquisa mostrou também que a esmagadora maioria dos servidores considerava a ginástica laboral importante para a saúde.

Ora, um Serviço cuja missão é "promover a saúde e a qualidade de vida de toda a comunidade do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região" deveria obviamente se debruçar a descobrir porque, sabendo de sua importância, os servidores não praticam a ginástica. Será o excesso de serviço que não deixa tempo? Será assédio moral? Mas a Secretaria de Recursos "Humanos", em vez de procurar as razões da falta de prática da ginástica, e eliminá-las, de modo a cumprir sua missão, preferiu agir como um economista da FGV e aproveitar para reduzir custos. O jornalista Luiz Nasif certa vez criou a expressão "cabeças de planilha" para denominar algumas correntes de gestores. Se antes menos de 30% praticavam a ginástica, essencial para "promover a saúde e a qualidade de vida", agora ficou ainda mais difícil fazer. Per-

gunta idiota: não fazer ginástica laboral ajuda a promover a saúde?

Ah! Mas tem uma coisa. A economia com a ginástica laboral desnecessária permitiu que o TRT aumentasse o auxílio saúde de 6,60 para 35,00, de acordo com comunicado da Presidência, que enaltece o aumento de 430%! Só se esqueceram de que o auxílio era de R\$ 25,00 em junho/2008 e foi reduzido provavelmente pela caneta de algum "cabeça de planilha" de Brasília. O valor já havia sido reduzido até R\$ 0,50, aumentou para R\$ 6,60 e, portanto, se trata de recomposição do valor anterior mais 40%, e não 430%...

AGORA FICOU MAIS DIFÍCIL

Mas a coisa não fica por aí. Está mais difícil fazer ginástica laboral, que era feita em cada local de trabalho. Agora muitos servidores terão que sair de suas salas e se dirigir a outro local para fazer os exercícios. Mesas cheias, pilhas de serviço, ainda que virtuais, chefe muitas vezes dizendo que aquilo é só "matação" de serviço, e o servidor vai ter que perder mais tempo se deslocando a outro lugar para fazer ginástica. Outra pergunta idiota: será que o número de praticantes vai aumentar ou diminuir?

E outra pergunta mais idiota ainda: onde foi parar o primeiro relatório elaborado pelo Núcleo de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho - NESMT - há quase seis anos? Na época o Núcleo pesquisou in loco todos os ambientes de trabalho no estado e concluiu que havia excesso de trabalho, estresse e muitos casos de depressão. O relatório misteriosamente sumiu da página da Secretaria de Recursos Humanos. Se alguém tiver notícia dele ou tiver feito uma cópia, mande para o SINTRAJUSC.

Exposição de fotos

O oficial de justiça da JF Edson Jorge da Silva, que concluiu curso de fotografia no SENAC, irá expor 22 trabalhos, com o tema "... a coisa mais linda que eu já vi passar", no Bar & Café Dom Joaquim, na rua Presidente Coutinho, esquina com a Dom Joaquim, no centro de Florianópolis. A abertura é nesta sexta, 23, às 20 horas.